



A MILITARIZAÇÃO DOS ESPAÇOS ESCOLARES: DA RECONSTRUÇÃO DE UMA AMBIÊNCIA SECURITÁRIA À CURRICULARIZAÇÃO DO ESTADO SUICIDÁRIO

José Luís Ferraro – Pontifícia Universidade Católica do rio Grande do Sul.

Ao articular os conceitos de *estado securitário*, *democracia securitária* e *estado suicidário*, o presente trabalho problematiza a implantação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM) no bojo de uma curricularização da violência propalada pelo (I) *hiperpunitivismo como produto do abuso do exercício do poder disciplinar sobre os corpos do alunado*; pela (II) *racionalidade neoliberal como forma de pensar a educação a partir da teoria do capital humano* e; pelo (III) *fascismo instaurado por meio da negação da diferença e do diferente* – cujos argumentos são encontrados como sustentáculos do discurso asséptico, higienista, e até mesmo eugênico, daqueles que defendem o militarismo como solução para a educação brasileira. Nestes termos, ao operar na interface entre o campo dos estudos curriculares e a criminologia, este trabalho pretende desmitificar a *doxa* da militarização como sinônimo de ensino de qualidade, desvelando um projeto de criminalização de infâncias e juventudes populares, bem como de ataque às escolas públicas – espaços de ordem comum, democraticamente compartilhados, onde a cidadania se concretiza como luta política; tarefa diuturna e incontornável. Logo, faz ver a militarização do cotidiano pela escola, que sob esta lógica se torna um braço do estado securitário (de vigilância) auxiliando na (re)construção/manutenção de sua ambiência: de uma democracia securitária que normaliza a curricularização de práticas de violência e aniquilação típicas do estado suicidário, fascista.

Promoção:



Apoio:

